

O SIGNIFICADO DA CASA PRÓPRIA PARA OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM VIÇOSA, MG ¹

THE MEANING OF THE OWN HOUSE TO BENEFICIARIES OF THE PROGRAM MINHA CASA MINHA VIDA IN VIÇOSA - MG

Eliane Aparecida Guimarães ²
Neide Maria de Almeida Pinto ³

1. RESUMO

Analisou-se, neste trabalho, que é parte da pesquisa de mestrado em Economia Doméstica, realizada no período de 2012/2013 na cidade de Viçosa-MG, o processo de implantação do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida (PMCMV), direcionado para a população de baixa renda no município. Este trabalho tem por objetivo apresentar o significado da aquisição da casa através desse Programa na perspectiva das famílias beneficiárias. É um estudo com abordagem mista, cujos resultados foram obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas individualmente com os beneficiários. A casa própria é o sonho do brasileiro, porém através da produção de mercado, a população de baixa renda foi e é preterida de ter acesso a tal bem, realidade esta que se arrasta por vários anos. Em 2009, o PMCMV surge com a proposta de atender, de fato, a essa população. No caso de Viçosa, até o momento, 335 famílias foram beneficiadas. Nessa realidade é possível perceber a satisfação dos beneficiários na aquisição da casa, trazendo à tona vários significados positivos, o que não afasta a percepção destes sobre a realidade local a que estão submetidos.

Palavras-chave: Política habitacional. População de baixa renda. Viçosa, MG.

¹ Este artigo é parte da dissertação de Mestrado “O processo de implementação do Programa Minha Casa Minha Vida para população de baixa renda: O caso de Viçosa-MG”, defendida em 2013 no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil.

² Graduada em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto, MG. Pós-graduanda em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, Brasil. E-mail: elianeapg@yahoo.com.br

³ Pós-Doutora em Sociologia no Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho em Portugal, doutora em Ciências Sociais pela PUC/SP e professora associada do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. E-mail: nalmeida@ufv.br

2. ABSTRACT

This paper is a cut of a research Masters of Domestic Economy realised in the period of 2012/2013 in Viçosa-MG city, the process of implantation of the Housing Program Minha Casa Minha Vida (PMCMV), directed to the low-income population in the city. This paper has to goal present the meaning of the acquisition of home through this Program in terms of beneficiaries families. It is a study with mixed approach in which the results were obtained from semi-structured interviews conducted individually with the beneficiaries. The own home is the Brazilian's dream, occurs that through the production of market, the low-income population has been deprecated and is to have access to such immovable property, reality that has lasted for several years. In 2009, the PMCMV arise with the proposed to answer, in fact, this population. In the case of Viçosa, at the moment, 335 families were benefited. In this reality is possible to see through the satisfactions of the beneficiaries in the acquisition of the house, bringing up several positive meanings, which does not preclude the perception of the same about the local reality that are submitted.

Keywords: Housing policy. Low-income population. Viçosa, MG.

3. INTRODUÇÃO

Atualmente, o Brasil tem passado por diversos problemas sociais, que, com maior ou menor visibilidade, reverberam nas discussões do senso comum, da política e da imprensa. Entre eles, podem-se citar aqueles relacionados à garantia dos direitos sociais⁴, como a dificuldade de acesso à educação, à moradia, aos serviços de saúde, dentre outros. Neste estudo, destacam-se os problemas decorrentes da falta de acesso à moradia pela população de baixa renda, o que contribui para o aumento do déficit habitacional, problemas de infraestrutura urbanos e, principalmente, aqueles relacionados ao acesso a bens de consumo e equipamentos coletivos, fato que vai de

⁴ Os direitos sociais estão previstos no Artigo 6º da Constituição Federal, que são: saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados.

encontro das funções sociais da cidade⁵. As funções sociais da cidade deveriam estar ao alcance de todos os seus habitantes, seja de alta, seja de baixa renda, principalmente após a entrada em vigor do Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001, mas essa, ainda, não é a realidade brasileira.

Nesse cenário, diante da crise econômica de 2008 e do aumento do déficit habitacional, principalmente para a população de baixa renda, o governo federal lançou, em 2009, o PMCMV com a finalidade de incentivar a produção e aquisição de novas unidades habitacionais para as famílias com renda bruta mensal de até R\$5.000,00, com o propósito de “fazer a roda da economia girar, gerar emprego e promover inclusão”⁶. É a partir dessa realidade que se objetivou neste trabalho analisar o significado da aquisição da casa para os beneficiários do PMCMV em Viçosa, moradores dos conjuntos habitacionais Benjamim José Cardoso (BJC), Floresta e César Santana Filho (CSF), conjuntos construídos para a população de baixa renda nesta cidade.

Tal análise parte do pressuposto de que os beneficiários enxergam no acesso à habitação uma conquista carregada de simbolismo positivo, pois, ainda que a casa não atenda às necessidades dos adquirentes e sua família, devido ao tamanho dessa e da infraestrutura disponibilizada no local, ela é a realização de um sonho, a conquista de uma cidadania, há muito preterida.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Freyre (1979), “Ter casa própria é o ideal de quase todo brasileiro: mesmo que seja o que às vezes por modéstia se define como um mucambinho” (FREYRE, 1979, p. 4).

Ao pensar na casa como própria, Bolaffi (1975) apresenta o resultado de um estudo realizado por Loyd A. Free no Brasil, em 1960, em que foi revelado que a habitação era a principal aspiração das populações urbanas brasileiras. Para a população de renda baixa e média, a aquisição da casa própria subjetivamente é a conquista de

⁵ Evidencia-se que as funções sociais da cidade são aquelas indispensáveis ao bem-estar de seus habitantes, incluindo: moradia, infraestrutura urbana, educação, saúde, lazer, segurança, circulação, comunicação, produção e comercialização de bens, prestação de serviços e proteção, preservação e recuperação dos recursos, naturais ou criados (Plano Diretor de Viçosa – Lei Municipal nº1383/2000).

⁶ *Slogan* do Governo Federal veiculado na televisão sobre o PMCMV em 2009.

uma posição social mais elevada. Objetivamente, a casa própria não só melhora as possibilidades de acesso ao crediário, como também libera o orçamento familiar de arcar mensalmente com o aluguel. Segundo Bolaffi (1975), são essas aspirações, tanto objetivas quanto subjetivas, que colocam a casa própria como o principal bem a ser adquirido pela população brasileira.

Infelizmente, esta aspiração não pode ser realizada por todos os brasileiros, pois se a casa está atrelada à terra e sendo esta uma mercadoria⁷, por consequência, a população de baixa renda não possui acesso à habitação através da produção de mercado, o que contribui para o crescimento periférico das cidades, uma vez que na parte central e urbanizada não há espaço para essa população. Segundo Singer “a cidade capitalista não tem lugar para os pobres” (SINGER, 1979, p.33). Em consequência, amplia-se a desigualdade social, distanciando essa população dos equipamentos e bens de consumo coletivo e individuais, fomentando, dessa forma, a exclusão social, onde se criam uma cidade legal e outra ilegal.

Na dualidade do crescimento das cidades, a população de baixa renda não teve acesso à moradia, através da produção de mercado. Dessa maneira, foi necessário que a habitação entrasse para a *agenda-setting*⁸ e passasse a ser alvo de políticas públicas para atender essa população. Embora, em outras épocas tenha havido políticas com objetivos de atender essa população, a exemplo da Fundação Casa Popular, do Banco Nacional de Habitação (BNH), dentre outras, essas políticas habitacionais acabaram não atendendo a quem, de fato, deveria. Outro traço marcante dessas políticas é que os conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda geralmente são alocados em regiões periféricas das cidades, dificultando a vida desses moradores. Maricato descreve bem essa realidade:

O isolamento dos conjuntos habitacionais, construídos sempre a longa distância dos locais de trabalho e locais de abastecimento e serviços, a falta de recursos das prefeituras para a produção dos complementos à habitação, a falta de recursos ou de interesses das empresas públicas em relação à implantação de redes de serviços, a falta de fiscalização da construção são alguns dos "enganos" cometidos (MARICATO 1987, p.45).

⁷ Segundo Alfonsin (2006), no Brasil, a partir da promulgação do Estatuto da Terra, datado de 1964, a única forma possível de aquisição da propriedade passou a ser a compra direta. Desse momento em diante, o direito à propriedade privada passou a ser incondicional, absoluto, inserindo a terra num mercado imobiliário urbano crescente.

⁸ Segundo Capella (2007), *agenda-setting* é o processo pelo qual as questões despertam interesse dos governos, ou seja, é tido como um problema social para serem atendidas por ações de governos.

A experiência com políticas habitacionais anteriores voltadas para a população de baixa renda, demarca pontos a serem aperfeiçoados, para que essa população, além de ser atendida, possa ter acesso aos serviços, infraestrutura urbana e melhores meios de mobilidade para “pertencerem” à cidade. O que se pode perceber é que, a população, a quem esses programas se destinam, possui um perfil que muitas vezes coloca em evidência as mazelas sociais a que estão submetidos. Conforme Maricato (2003), a exclusão social não é passível de mensuração, mas pode ser caracterizada por indicadores como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem e, principalmente, a ausência da cidadania. Indicadores refletem uma população que, embora portadora de direitos, é relegada à marginalidade social.

Se por um lado, a população de baixa renda é excluída da produção de mercado da habitação, por outro, ela está no centro das atenções das políticas públicas e principalmente habitacionais. Entretanto, por causa do estereótipo que possuem, tanto num caso, como no outro, o local reservado a estas continua sendo as regiões menos favorecidas com serviços públicos, mas isso não exclui e nem desqualifica os inúmeros significados que a aquisição da casa possui para essa população.

5. METODOLOGIA

Este trabalho trata de uma pesquisa com abordagem mista desenvolvida na cidade de Viçosa, MG no período de 2012/2013 com os beneficiários dos três primeiros conjuntos habitacionais construídos através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) voltados para a população de baixa renda. Com essa abordagem metodológica foi possível realizar não só um levantamento em termos numéricos das variáveis socioeconômicas para descrever a realidade dos beneficiários pesquisados, bem como permitiu o contato com as expressões orais, sentimentos e percepções destes. Utilizaram-se como técnica da coleta de dados a fotografia, a entrevista semiestruturada e a análise documental. Antes das entrevistas, houve a inserção da pesquisadora em

campo para conhecer a realidade dos conjuntos, o que se deu pela observação *in loco* e participação nas reuniões realizadas através do Trabalho Técnico Social⁹.

Por meio da abordagem quantitativa, foi possível fazer um levantamento em termos numéricos das variáveis socioeconômicas, a fim de descrever a realidade dos beneficiários pesquisados. Já a abordagem qualitativa, segundo Denzin (2006), implica ênfase às qualidades das entidades, aos processos e significados pesquisados, o que não pode ser medido experimentalmente em relação a quantidade, volume, intensidade e frequência. O modo como a experiência social é criada e adquire significado ressalta a natureza socialmente construída da realidade. Ao utilizar essa abordagem, foi possível verificar a percepção dos beneficiários em relação aos objetos e objetivos desta pesquisa.

Segundo Minayo (2000), a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. Para esta autora, a aplicação simultânea da abordagem qualitativa e quantitativa representa um enriquecimento do trabalho, uma vez que são abordagens complementares.

Quanto à realização da pesquisa na cidade de Viçosa-MG, dois parâmetros serviram de base: o primeiro refere-se ao fato de que o município foi selecionado pelo Governo Federal, para a implementação do PMCMV, e o segundo é que há muito o município não possuía uma política habitacional voltada para a população de baixa renda. Em 2011, foi entregue um conjunto com 132 casas e, em 2012, foram disponibilizados dois conjuntos, um de cinco prédios, com 80 apartamentos, e outro com 123 casas, somando-se, ao todo, 255 casas e 80 apartamentos. Assim, Viçosa tornou-se um campo empírico, em potencial, para verificar como essa política habitacional instala-se nesse espaço urbano e como esta é recebida e percebida pela população beneficiária.

A amostra foi selecionada a partir da lista dos beneficiários dos três conjuntos, fornecida pelo Departamento de Habitação e Urbanismo. Em seguida, calculou-se a

⁹ O trabalho técnico social, segundo informações da Caixa Econômica Federal, é um conjunto de ações informativas e educativas, planejadas para a promoção social, desenvolvimento comunitário da população beneficiária e sustentabilidade do empreendimento (CAIXA, 2012).

amostra com base na fórmula¹⁰ para populações finitas, sugerida por Bolfarine e Bussab (2005). Em cada conjunto foram entrevistados 23% dos moradores, totalizando 76 beneficiários, seguindo-se as especificações éticas e a resolução do Conselho Nacional de Saúde nº. 196, de 10/10/96, e nº. 251, de 07/08/97. As entrevistas, previamente agendadas, realizadas individualmente com cada beneficiário a partir do consentimento desse, foram gravadas e depois transcritas e submetidas à tabulação e análise estatística descritiva. Os resultados, em percentuais, foram organizados em tabelas para melhor visualização. As falas dos beneficiários, além de agrupadas por semelhança¹¹, foram utilizadas para exemplificar o significado que deram à aquisição da casa própria.

Para fazer o levantamento do perfil da população pesquisada consideraram-se os seguintes indicadores: o conjunto habitacional em que residem, bairro de origem, sexo, estado civil, idade, situação de trabalho e renda. Identificar esses beneficiários possibilita entender a realidade a qual se está analisando.

6. RESULTADOS

Quanto aos bairros de origem, em todos os conjuntos foi observado que a maioria dos moradores é proveniente de outros bairros e regiões de Viçosa-MG¹². São estes os bairros de origem dos beneficiários: Amoras, Barrinha, Bela Vista, Bom Jesus, Cachoeirinha, Carlos Dias, Cantinho do Céu, Colônia Vaz de Melo, Centro, Estrelas, Fátima, João Braz, Laranjal, Morro do Cruzeiro, Morro do Escorpião, Nova Era, Nova Viçosa, Posses, Primeiro de Maio, Sagrada Família, Santa Clara, Santo Antônio, São Sebastião, São José do Triunfo, Silvestre, Vale do Sol e Vau Açu.

Conforme pesquisa de Cruz (2012), esses bairros são reconhecidos como típicos das camadas populares, onde prevalecem rendas em torno de R\$1.185,26 a R\$2.356,68, e que a renda *per capita* dos moradores desses bairros variou de R\$300,00 a R\$656,60.

$$^{10} n = \frac{Z_{\alpha/2}^2 \times \hat{p} \times \hat{q} \times N}{Z_{\alpha/2}^2 \times \hat{p} \times \hat{q} + (N - 1)E^2}$$

¹¹ As falas foram agrupadas segundo o significado de satisfação ou insatisfação em relação à casa.

¹² Utilizou-se a classificação realizada por Cruz (2012) para verificar se o morador era proveniente da região em que ia residir ou de outra região.

Rendas estas que a princípio não parecem ser baixas; entretanto, ao serem comparadas com as de outros bairros, apresentam-se, de fato, como as menores do município.

Dessa forma, visualiza-se que os beneficiários são originários, em sua maioria, de bairros onde existe a maior concentração da população de camadas mais populares, caracterizados também por serem os bairros com menor infraestrutura disponibilizada e onde ocorrem, com frequência, os principais problemas sociais do município, e, com isso, os moradores são expostos à maior vulnerabilidade social.

Quanto ao sexo dos beneficiários, 93,5% são mulheres e 6,5% homens, sendo um homem no conjunto BJC, dois no conjunto Floresta e dois no conjunto CSF. Esse percentual mais elevado para as mulheres justifica-se pelo fato do programa priorizar as mulheres chefes de família, uma vez que se põe em evidência que esse requisito¹³, legalmente previsto, foi devidamente cumprido na implementação do programa em Viçosa-MG, especificamente no momento da seleção.

No que se refere ao estado civil dos beneficiários, constatou-se que 30,13% viviam em união estável, 22,7% eram mães solteiras, 22,28% casadas, 19,65% divorciadas ou separadas e 5,24% viúvos (a). Dados que apontam para as novas configurações familiares, tão comuns em qualquer classe social, mas que demonstram o predomínio de mulheres como chefes de família e, muitas vezes sem marido, ou companheiro para ajudá-las.

Quanto à faixa etária, a amostra é composta por pessoas de idades variadas; entretanto, encontrou-se um predomínio das faixas etárias de pessoas mais jovens, pois 43,35% dos beneficiários possuem entre 18 e 35 anos, 35,68% encontram-se na faixa de 36 a 49 anos e, em menor porcentagem, 20,97% acima de 50 anos. A média encontrada entre todos os beneficiários foi de 38 anos, o que reflete o predomínio da ocupação dos imóveis por uma população jovem.

No que se refere ao nível de escolaridade dos beneficiários, observa-se o predomínio de uma população com baixo nível de escolaridade. Apenas 1,31% declarou ter nível superior e, 6,6% ter nível médio completo. A Tabela 1 explicita essa realidade.

¹³ Uma das prioridades do PMCMV é atender às mulheres chefes de famílias, conforme prevê o inciso IV do art.3º da lei nº 11.977/2009.

Tabela 1 – Escolaridade dos beneficiários pelo total da amostra e por conjunto habitacional

Escolaridade/Conj.	BJC %	Floresta %	César Santana Filho %	Todos %
Analfabeto	13,3	5,6	3,6	7,9
Fundamental incompleto (4ª série)	16,7	27,8	25	22,4
Fundamental completo (4ª série)	26,7	22,2	21,4	23,59
Fundamental incompleto (8ª série)	16,7	33,3	21,4	22,4
Fundamental completo (8ª série)	16,7		3,6	7,9
Médio incompleto	3,3	11,1	10,7	7,9
Médio completo	3,3		14,3	6,6
Ensino superior	3,3			1,31
Total	100	100	100	100

Fonte: Dados da pesquisa de 2013.

Os números apresentados na Tabela 1 demonstram que a maioria dos beneficiários possui baixa formação escolar, o que reflete o baixo nível de instrução dos mesmos.

Quanto à situação de trabalho e renda foi perguntado ao beneficiário qual era a profissão e renda. Sobre essa variável, detectou-se que as mulheres em sua maioria (61,4%) são donas de casa e trabalham fora, enquanto 19,1% não trabalham fora, ou seja, são apenas donas de casa. Nesse último segmento encontraram-se beneficiárias aposentadas ou com filhos pequenos e não têm com quem deixá-los. Destaca-se o fato de que a maioria (52%) das mulheres entrevistadas, que trabalham fora, não possuem carteira assinada. São diaristas, faxineiras e, às vezes, empregadas domésticas, que se encontram na informalidade e, por isso, não são amparadas pela legislação trabalhista e seguridade social, o que as mantém excluídas de vários direitos, dentre eles citam-se: férias remuneradas, décimo terceiro salário, licença maternidade e, principalmente, o benefício da aposentadoria.

Quanto aos homens, três são aposentados, o que corresponde a 3,9% dos beneficiários, sendo dois deles aposentados por invalidez. Dos que estão na ativa, um é servente de pedreiro, atualmente desempregado, e o outro é porteiro, com carteira

assinada. Ao comparar a situação de emprego entre homens e mulheres percebe-se que há uma predisposição maior de homens amparados pela seguridade social em relação às mulheres, refletindo o antigo quadro social.

No que se refere à ocupação econômica desempenhada pelos moradores, percebe-se que não há nenhuma profissão de nível técnico ou superior. As ocupações (profissões desempenhadas) não exigem estudos e ou maiores qualificações. Além de domésticas, faxineiras, dentre as profissões citadas pelos entrevistados destacam-se as de agente de saúde, vendedora, balconista, caixa operadora, cabeleireira, manicure, cozinheira, apanhadora de café, costureira, recepcionista, cuidadora de idosos, porteiro e servente de pedreiro. Profissões que, de certa forma, dão indícios da situação financeira e da escolaridade dessa população.

Ao pesquisar a faixa de renda dos beneficiários verificou-se que todos os entrevistados possuem uma renda mensal menor que R\$1.395,00. Entretanto, mesmo nessa faixa de renda há grande diversidade na situação financeira dos moradores nos conjuntos, o que pode ser visualizado na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 – Renda dos beneficiários pelo total da amostra e em separado por conjunto

Renda familiar*.	BJC%	Floresta%	Sol Nascente%	Todos%
Menor R\$500,00	10	5,6	17,8	11,8
Menor R\$500,00 maior 1 S.M.**	16,7	33,3	14,3	19,8
1 S.M.	26,7	16,7	25	23,7
Maior 1 S. M.	33,3	27,7	42,9	35,5
Não respondeu	13,3	16,7		9,2
Total	100	100	100	100

* A renda foi dividida em faixas, tomando como referencia o valor da parcela.

** S.M. = Salário mínimo que, em 2012, correspondia ao valor de R\$ 622,00.

A diversidade de renda encontrada é um fator de estranhamento entre os moradores, pois alguns entendem que só os mais pobres financeiramente é que poderiam ter sido selecionados. Mas, no levantamento realizado, observou-se que a renda é compatível com a estipulada pelo Programa (R\$00,00 a R\$1.395,00). Além

disso, a maioria dos beneficiários (71,1%) é favorecida também pelo Programa Bolsa Família¹⁴, o que dá indícios da situação financeira destes.

Observa-se em relação à renda que os beneficiários se adequam ao perfil exigido pelo Programa – recebem até três salários mínimos. Esta situação de certa forma aponta também para um perfil de pessoas estigmatizadas socialmente, por estarem à margem da sociedade, fator que interfere diretamente na formação dos conjuntos e nos novos bairros que estão surgindo na cidade.

Levantou-se o perfil dos beneficiários para conhecer a população estudada e, a partir dessa realidade, passou-se a analisar o significado dado à aquisição da casa. Nesse caso especificamente, as perguntas foram abertas, foram agrupadas por semelhança de significados e catalogadas em porcentagens para atender aos requisitos quantitativos descritivos e, principalmente, demonstrar como a aquisição da casa própria possui, para os beneficiários, significados diversos e, algumas vezes, repetidos, que sem dúvida estão ligados diretamente com a história de vida de cada um.

É interessante mencionar que alguns beneficiários expressaram mais de um significado, motivo pelo qual as porcentagens ultrapassaram o valor da amostra. Os números demonstram como alguns significados aparecem de forma recorrente, uns em menor porcentagem, outros em maior, mas de forma geral, surgem para transparecer o significado dado à aquisição da casa pela população estudada.

Tabela 3 – Significado de casa própria para os moradores dos conjuntos BJC, Floresta e CSF

Sentimentos associados à aquisição da casa	Significado	Porcentagem
Satisfação	Ótimo: “A casa é coisa boa!	49,9
	Posse e Propriedade	36,5
	Segurança	28
	Graça Divina Alcançada	25,5
	Liberdade	15,5

¹⁴ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais, e baseia-se na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. Dados disponíveis no site: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>.

Insatisfação	Minha casa minha dívida	7,6
	Não Gostei	7,6

Fonte: Dado da pesquisa de 2013.

A Tabela 3 evidencia as diversas formas que as pessoas utilizaram para expressar o significado da aquisição da casa. Ao se referirem à casa, os moradores o faziam, na maioria das vezes, a partir de expressões que resumiram o significado dessa aquisição: “Foi ótimo!”; “Foi bom!” Outros, porém, expressaram o significado a partir de expressões que as situaram em outro âmbito das suas manifestações, pode-se observar sentidos que indicam sentimentos de satisfação e insatisfação. A maioria das manifestações expressa a satisfação do beneficiário na aquisição da casa própria: (49,9%) expressaram ser uma coisa “ótima”, outros (36,5%), porém, atribuíram a aquisição da casa como de posse e propriedade: “minha casa”.

“Ah, minha casa minha vida!” (Moradora 19 – Conjunto BJC).

“Pelo fato de ser minha, eu fico igual menina boba. Agora é minha. Agora eu acordo a noite: Ai eu tô sonhando? - Não é minha mesmo!”(Moradora 6 – Conjunto BJC).

Semelhante à fala da moradora 6, que, além de expressar a propriedade, manifestou o fato de estar sonhando. Essa beneficiária alegou que não acreditava que, de fato, teria acesso à casa própria. Há outros significados, porém, que trazem maiores especificidades, como o da moradora 13, abaixo transcrito:

“Me deu mais liberdade, porque eu morava no local com meu pai. Com minha madrasta. Meu pai tem outra vida. Melhorou muito, é uma conquista, né? Assim, parar pra pensar no tanto de anos que a gente vai gastar pagando, a gente chega a pensar assim, será que eu não morro antes, não? Mais está no meu nome, né? (Moradora 13 – Conjunto BJC).

Nessa situação, além de ter a casa no nome dela, há o fato de se sentir liberta para poder viver a própria vida, ou seja, a conquista da individualidade, da autonomia da moradora em relação à família de origem. Isto é, a aquisição da casa própria para ela tem o sentido de libertação, pois, anteriormente, vivia de favores na casa do pai, com sua filha, uma vez que não tinha condições de pagar aluguel. No entanto, aliado à liberdade, à autonomia, vem outro aprisionamento: o das prestações. A condição

econômica, o “ser pobre” impõe um ou vários aprisionamentos. Entretanto, nesse novo aprisionamento, há um sabor de conquista, de liberdade, pois, ainda que se paguem prestações até a morte, tem-se “algo no nome”, ser dono de um bem, de um imóvel!

Além da liberdade acima expressada, alguns significados tangenciam o campo econômico, tanto em relação em adquirir uma casa através da produção de mercado quanto no que se refere à questão de sair do aluguel. Tirar esse peso da consciência (pagar aluguel) permite que o morador sonhe. Independentemente do tamanho da moradia, o que importa é não morar no que é do outro, e isso significa liberdade! Ainda que se pague a prestação, paga-se por algo que será dele mesmo.

“Um peso que você tira da consciência. É a mesma coisa do que você dormir e você sonhar. Você ter o que é seu, pode ser um cômodo só, mesmo que dorme um em cima do outro. Mas é a melhor coisa do que depender do outro. Pelo menos para mim” (Moradora 2 – Conjunto BJC).

“Ah...Foi bom, né? Porque pelo menos saí do aluguel. Porque quando você terminar de pagar pelo menos você sabe que ta pagando uma coisa sua, né? E aluguel, não, né? E aluguel você tá pagando, pagando, pagando, pagando, pior que você paga hoje, amanhã você tem que pagar de novo (Moradora 69 – Conjunto CSF).

“Acho muito bom. Nossa senhora ótimo! É uma oportunidade que a gente teve né? Porque se fosse pra gente construir a casa, né? Porque se for pra gente comprar uma casa, um lote, uma coisa assim. Eu não ia conseguir. Igual agente paga R\$50,00, esse valor é bom, né? Não aperta, né? Bom demais!” (Moradora 59 – Conjunto CSF).

Além da libertação do aluguel, há também a real sensação de liberdade psicológica de atingir um objetivo que há muito buscavam estas pessoas, que nem imaginavam quando conseguiriam a casa própria e, através do PMCMV, esse objetivo foi alcançado.

Como o próprio nome do Programa indica, os pronomes possessivos passam a dar pertencimento às casas e sobretudo às pessoas: ‘minha casa minha vida’. O fato de adquirirem a casa própria, ainda que haja prestações para pagar durante 10 anos, essa realidade apresenta novos sentidos na vida desses indivíduos. São pessoas que passaram de “despossuídas” para possuidoras, detentoras de um direito.

Muitos moradores (28%) relataram que ter uma casa própria é colocar a família em segurança, o que pode ser comprovado pelos seguintes depoimentos:

“Não tem nem explicação não. É meu futuro! É a melhor coisa que tem na vida, você sair de casa sabendo que tem pra onde voltar. Não tem ninguém na

sua porta cobrando aluguel. A responsabilidade de ir lá pagar. Eu pago essa prestação satisfeita tranquila. A gente tá pagando, mas, é da gente.” (Moradora 6 – Conjunto BJC).

“Quase tudo né? Exato, exato, exato, eu num sei não. É muita coisa que beneficia. Tipo assim você sabe que ali você vai pagar, mas, vai ser seu. Se acontecer alguma coisa com você, seu filho vai ter um lugar pra ele morar. Eu preocupo mais com isso. Eu acho que é bom, porque eu garanto um lugar pro meu filho morar. Aí meu pequeno não vai passar frio, não vai passar fome” (Moradora 50 – Conjunto CSF).

“Pra mim foi muito bom, uma sensação de alívio de poder dormir sossegada, de poder dormir sem pensar que eu estou devendo alguém” (Moradora 16 Conjunto BJC).

A aquisição da casa própria dá a essas famílias uma sensação de tranquilidade, de poder dormir sossegada, de dar um lugar para o filho morar, ainda que se tenha que pagar a prestação. O “sonho realizado” vem reiterar o papel que as políticas públicas cumprem na vida dessa população:

“É um sonho realizado, né? Porque é muito difícil você comprar um terreno, por o primeiro bloco, tem quase um ano que eu estou aqui tentando fazer um muro e não consigo, imagina uma casa!” (Moradora 1 – Conjunto BJC).

As falas reiteram a dificuldade dos beneficiários em terem acesso à casa própria através da produção de mercado, pois mesmo trabalhando a vida inteira não conseguem comprar um lote e construir uma casa, devido à renda que possuem. Estas pessoas além de não conseguirem financiar a moradia em razão da renda e ao preço dos imóveis são remetidas para a ilegalidade por não terem acesso ao mercado formal (MARICATO, 2000). Nesse contexto, pode-se visualizar que os direitos, embora universais, são restritos a poucos, assim como a cidadania. Se por um lado o Estado contribui para agravar essa situação, com a configuração do espaço urbano, por outro, lança mão de programas, tal como o PMCMV, com o objetivo de atender a essa população excluída. Dessa forma, os subsídios governamentais que o Programa oferece são fundamentais na promoção da igualdade de direitos, o que ratifica a importância desse tipo de Programa para propiciar o acesso à casa para a população de baixa renda.

Na realização desse sonho, há um esforço diário por concretizá-lo, especificamente não deixando as prestações atrasadas, ou seja, não se tornar inadimplente:

“É meu sonho. Era doida por uma casa. Daqui dez anos eu tenho minha casa. Pra mim tá tudo bom! É fazer esforço para não deixar a prestação atrasar, andar tudo em dia (Moradora 37 – Conjunto Floresta).

“Nossa senhora! Era o meu sonho! Foi uma realização minha filha! Eu realizei o meu sonho de ter minha casa” (Moradora 74 – Conjunto CSF).

Além de cada significado apontado, algumas falas transmitem a emoção dos moradores em conseguir a casa própria:

“Pra mim é a melhor coisa que eu pude ter na minha vida! Eu pensava que eu ia entrar na minha casa e num ia viver dentro dela, pensava que eu ia morrer. De tanto que eu fiquei alegre” (Moradora 38 – Conjunto Floresta).

“Bom demais! Eu num sei nem responder! Uma pessoa que só viveu de sofrimento para hoje ter a oportunidade de ter um lugarzinho melhor para gente viver. Ter o lugar pra onde por os filhos, eu não tenho nem o que falar. Não tenho nem o que dizer” (Morador 44 – Conjunto Floresta).

Esse último morador, por exemplo, em outras falas, manifestou que residia em dois cômodos com a esposa e os quatro filhos. A aquisição da casa própria, além de segurança para os filhos, é uma garantia de vida melhor, em comparação com o local que habitavam anteriormente.

E ser proprietário, para esse grupo de “sem teto”, “de excluídos”, tem um sentido particular, sobretudo por se tratar de um grupo formado prioritariamente por mulheres. Se em outros momentos a exclusão prevaleceu, neste as mulheres passam a ser o centro das atenções e por que não dizer do reconhecimento destas como cidadãs. Esse aspecto causou-lhes euforia e empoderamento, resultado da situação de possuir um imóvel registrado em nome próprio.

“Tudo, eu nunca tive nada. Aliás, depois que eu aposentei é que eu tive alguma coisa em meu nome, mas fora disso tô muito alegre. Eu tô triste pelo meu marido. Geralmente no documento é o homem e agora tá no meu” (Moradora 3 – Conjunto BJC).

Em alguns casos específicos, a conquista da casa significou, inclusive, a vinda para a cidade e a perspectiva de melhorias das suas condições de vida:

“É um sonho de muitos anos porque se fosse pra eu e meu marido ficar na roça não ia dar não” (Moradora 61 – Conjunto CSF).

“Pra mim, foi assim, foi um alívio. Porque eu morava de aluguel primeiro e depois eu mudei lá pra roça e fiquei morando lá e lá era muito difícil, entendeu? Porque é muito longe, entendeu? E Aqui tem umas coisas difíceis,

mas eu creio assim, que tem mais possibilidade de melhorar, melhoria do que lá (roça), entendeu?” (Moradora 75 – Conjunto CSF).

Um grupo expressivo (25,5%) associou a aquisição da casa ao alcance de uma graça divina, como uma decorrência do poder de Deus. Nessa simbologia, o sentido do “ser cidadão” de direitos se esvai. É o poder de Deus que intercede e não como resultado de uma política pública cujo beneficiamento coloca-o como “cidadão de direito”, mas como uma proposta, uma “combinação com o Divino”:

“Uma benção de Deus! Consegui, pois os irmãos da igreja oraram! Eles fizeram até proposta pra Deus para nós ganhar a casa, porque diz que é sorte” (Moradora 34 – Conjunto Floresta).

“Eu acho que isso tudo é a vontade de Deus, né? Porque todo mundo acha ótimo aqui o espaço da casa. Isso aqui foi a mesma coisa de acertar os números do jogo. Nossa uma felicidade enorme, eu até chorei fiquei emocionada!” (Moradora 12 – Conjunto BJC).

Apenas 3,6% dos beneficiários estão insatisfeitos com a moradia. Os que residem no Conjunto Floresta atribuem essa insatisfação aos gastos mensais, principalmente com o valor do condomínio. Outra insatisfação detectada foi de uma moradora que possuía uma casa, mas esta foi condenada pela defesa civil, a solução apontada foi aderir ao PMCMV. Casos isolados dentro do universo pesquisado.

De forma geral, o significado da aquisição da casa própria soa de forma positiva; entretanto, isso não retira dos beneficiários a consciência do local social que possuem na cidade. O lugar físico que ocupam na cidade expressa, pois, o lugar social que eles têm na sociedade. As simbologias reveladas através das falas permitem perceber a consciência do lugar periférico que ocupam perante a sociedade:

“Igual eu falei com você, é bom, só que tá muito jogado. Aqui é tudo de pobre, se fosse rico não vinha pra aqui” (Moradora 10 – Conjunto BJC).

“Falta muita coisa, fica doente precisa de uma medicação, um carro tem que correr atrás. Falta muita coisa” (Moradora 13 – Conjunto BJC).

“Tipo assim, chove muito não tem ônibus, a iluminação tem que ser melhor. Como passar naquela escuridão? Muitas crianças! Não podem botar essas famílias sem posto. Como ir lá na Nova Viçosa? A casa em si está boa, mas não tem infraestrutura boa, estrada, transporte, iluminação. Aqui tinha que ter posto de saúde!” (Moradora 30 – Conjunto BJC).

“Se você quiser comprar alguma coisa aqui você tem que subir lá no alto e comprar por um preço absurdo, ou tem que ir lá na rua (centro) comprar” (Moradora 18 – Conjunto BJC).

O local periférico sobressai-se, ao ser identificado pelos moradores, à falta de disponibilização de serviços (escolas, saúde, transporte coletivo, correios) e de infraestrutura adequada (locais de difícil acesso, ruas mal iluminadas, pavimentação precárias). Dessa forma, identifica-se que mesmo possuindo o ideário da casa própria como um sonho, o fato em si de conquistá-la não obscurece a percepção do usuário quanto aos serviços disponibilizados e oferecidos ou da falta deles, da precária infraestrutura. Para o beneficiário, não há como falar mal da casa, já que é “dele”, é a realização de um sonho, mas sim dos serviços de saúde, transporte, educação (escolas) e da pavimentação. E ao mencionar sobre esses serviços, eles percebem que foram socialmente preteridos e que não estão sendo tratados como cidadãos, mas sim como possíveis eleitores numa próxima eleição.

“Teve uma época que nos fomos na câmara, reivindicamos a luz do poste, no início do ano, mas eles só colocaram perto da eleição. Colocou agora, aí vinha pedir voto” (Moradora 30 – Conjunto BJC).

“Pra mim não faz nada. Teve até um posto de saúde, mas na eleição eles tiraram” (Moradora 30 – Conjunto BJC).

“Paulinho Brasília e Ângelo Chequer ajudaram na semana da criança. Tirando isso, não vem ninguém. Na véspera da eleição toda hora tinha um aqui, agora eu acho que eles não vão aparecer tão cedo” (Moradora 18 – Conjunto BJC).

Os significados apresentados pelos beneficiários trazem à tona o passado, a dificuldade para pagar aluguel, para morar junto num cortiço, ou em casas muito pequenas para o tamanho da família, ou casas muito úmidas. Adquirir a casa própria, através do PMCMV, e ter essa experiência de vida das famílias está associado à forma como viviam anteriormente, às condições em que habitavam, até conseguir a casa própria. Dessa forma, os significados foram variados, com sentidos mais positivos que negativos e podem ser sintetizados pelas falas de duas moradoras:

“Ah, minha casa minha vida!” (Moradora 19 – Conjunto BJC).

“Para mim é tudo! Mulher antigamente não podia opinar em nada. Eu venho de uma vida muito difícil problema de ex marido, que eu não ia conseguir nada nessa vida, nada sem ele. Essa casa foi, é uma vitória. Eu tenho o prazer de dizer, que deixei pros meus filhos que pelo menos isso eu deixei pra eles” (Moradora 7 – Conjunto BJC).

Enfim, pode-se perceber que a aquisição da casa própria veio recheada de novo sentido de vida para os beneficiários. As significações dessa aquisição revelaram o ideário da casa própria ao qual está associado um segmento que, historicamente, foi expropriado da possibilidade de possuir a terra e a casa. Onde casa e terra lhe foram negados. No entanto, ela revela também os limites que estão dados nas políticas públicas habitacionais, a exemplo do PMCMV, caso elas não venham correlacionadas ao acesso à cidade.

7. CONCLUSÕES

Os dados apresentados ratificam a ideologia da casa própria, conforme preconiza o PMCMV. Segundo Bonduki (1998), essa ideologia também foi disseminada entre as décadas de 1960 e 1980, quando foram instituídos o Sistema Nacional de Habitação (SNH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH), através da política de aquisição da casa própria como única forma de acesso à moradia.

Após levantamento, pôde-se perceber que há características específicas que individualizam os beneficiários analisados, como a renda, de a maioria ser beneficiária do Bolsa Família, a informalidade, o baixo grau de escolaridade, o sexo, os locais de origem, o que, por sua vez, trazem em si as marcas da exclusão social. Entretanto ao receberem o imóvel e possuírem o registro deste em seus nomes, eles passam a ser reconhecidos socialmente como cidadãos de direitos e deveres, consequência de grande relevância na implementação do PMCMV.

Delimitar essa realidade traz à tona os contrastes e as oposições sociais nesse meio, entre a inclusão e a exclusão, pois, se para os beneficiários o fato de adquirir a casa transformou a vida destes, os fez cidadãos, traz também a realidade do lugar que devam ocupar socialmente: um espaço segregado, separado na cidade para os pobres. Conforme demonstrado, as significações da aquisição da casa beiram sentimentos de satisfação, que refletem o fato de terem realizado um sonho, de terem uma propriedade, posse, segurança, liberdade, enfim, de uma conquista que reflete na frase “Minha Casa Minha Vida”! Se esse segmento pesquisado, historicamente, foi expropriado da possibilidade de possuir a terra e a casa, com esta conquista, novos significados

“ganham vida” e o sonho torna-se realidade! Conquista esta que só foi possível através da implementação desse Programa em Viçosa.

8. QUESTIONÁRIO

A – Caracterização do beneficiário

- 1 – Nome
- 2 – Sexo
- 3 – Idade
- 4 – Endereço atual
- 5 – Bairro de origem
- 6 – Grau de escolaridade
- 7 – Profissão
- 8 – Renda
- 9 – É beneficiário do Programa Bolsa família?
- 10 – Quanto tempo reside no conjunto?

B – Significado da casa própria e satisfação

- 11 – Além de moradia, a casa é utilizada para outro fim? Se sim, qual?
- 12 – Qual era o tipo de sua moradia anterior?
1() favela 2() cortiço 3() casa ou ap. alugado 4()de favor na casa de familiares 5() outro
- 13 – Se pagava aluguel anteriormente, quanto gastava em média com o aluguel?
- 14 – Como você considera essa casa em relação a anterior:
1() muito melhor 2() melhor 3 () igual 4 () pior. Por quê?
- 15 – O que significa para você adquirir essa casa através do PMCMV?
- 16 – O que você acha do Programa Minha Casa Minha Vida?
- 17 – O PMCMV atendeu às suas expectativas?
- 18 – Você indicaria esse Programa para as pessoas que se encontram na mesma faixa salarial que a sua?

9. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da cidade (2001). Estatuto da cidade:** Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. 35 p. – (Série fontes de referência. Legislação; n. 40)

_____. **Lei n. 11.977, de 11 de Julho de 1990.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 07 de novembro de 2011.

BOLAFFI, Gabriel. **Habitação e Urbanismo: O Problema e o Falso problema.** In: **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** São Paulo: Alfa-Ômega. 1979.

BOLFARINE, Heleno; BUSSAB, Wilton de Oliveira. **Elementos de Amostragem.** São Paulo: Edgar Blücher, 2005.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil:** arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Cartilha completa Minha Casa Minha Vida.** 2012. Disponível em <http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/mcmv/CARTILHACOMPLETA.PDF> acesso realizado em Março 2013.

CAPELLA, Ana C. N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto *et al.* (Orgs.). *Políticas públicas no Brasil.* Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. 398p. P. 87-122.

CRUZ, Tancredo Almada (coord). **Retratos de Viçosa.** Viçosa-MG. CENSUS. 2012.

DENZIN, Norman K. & LINCOLN, Yvonna. **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. 2ª ed. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre, Artmed, pp. 15-41, 2006.

GUIMARÃES, Eliane Aparecida. **O processo de implementação do Programa Minha Casa Minha Vida para população de baixa renda:** o caso de Viçosa-MG. 2013. 230f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Oh de Casa! em torno da casa brasileira e de sua projeção sobre um tipo nacional de homem.** Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979. 169p.

MARICATO, Ermínia. **Política habitacional no regime militar:** do milagre econômico à crise economia. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras.** São Paulo Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 4, 2000, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em outubro de 2011.

_____. **Metrópole, legislação e desigualdade.** *Estudos Avançados*, São Paulo, v.17, n.48, maio/ago. 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (2000). **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social.** In: Minayo, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade** (pp.9-29). Petrópolis: Vozes, 2000.

SINGER, Paul. O uso do solo na economia capitalista. In: **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega. 1979.

VIÇOSA, Prefeitura Municipal. Lei n. 1383/2000. **Institui o Plano Diretor do Município de Viçosa e dá outras providências**. 25 maio 2000.